



Eixo Temático: 6 - Práticas pedagógicas, formação de professores e formação continuada

A EDUCAÇÃO ESTÁ NA MESA: AS POSSIBILIDADES DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA VOLTADA À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Simone Zientarski Fontana¹

Laís Francine Weyh²

Ana Cláudia Soares³

Maristela Borin Busnello⁴

Introdução

A alimentação escolar faz parte do dia a dia dos estudantes que frequentam as instituições escolares. Desde muito pequenos, seja frequentando a escola em apenas um turno ou participando das atividades educativas em turno integral, a refeição oferecida pela escola assume grande importância na vida dos estudantes. Esta tem ainda mais relevância tendo em vista a situação de desigualdade social que impera no Brasil, muitas famílias enfrentam graves situações de miséria e enxergam na escola uma possibilidade de alimentação diária nutritiva.

No entanto, além dos aspectos biológicos que são atendidos pela alimentação, existe uma série de outros fatores de ordem cultural, emocional, social inerentes a este ato, o que nos permite admitir que este é um ato de fato complexo, dada sua multidimensionalidade. Assim, faz-se importante atentarmos para a dimensão pedagógica da alimentação, tida como uma construção ao longo da vida, especialmente em âmbito escolar.

Durante o ato alimentar, muitas aprendizagens são construídas e nesse viés, estas possibilidades podem ser exploradas pela escola, pelos educadores, com vistas à consolidação de práticas pedagógicas voltadas à Educação Alimentar e Nutricional (EAN), ou seja, voltadas a criticidade e emancipação dos sujeitos na área da saúde, em específico, da

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). Bolsista CAPES. E-mail: simonezientarski23@gmail.com

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). Bolsista CAPES. E-mail: laisweyh@gmail.com

3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). Bolsista CAPES. E-mail: ani.nha.soares14@hotmail.com

4 Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). E-mail: marisb@unijui.edu.br



alimentação e nutrição. Nesse sentido, pergunta-se: Quais são as possibilidades de uma prática educativa voltada à dimensão pedagógica da alimentação escolar?

Nesta perspectiva, o objetivo deste texto é discutir as possibilidades de uma prática educativa que considere a dimensão pedagógica da alimentação escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, baseada em obras de educadores que se debruçam neste tema de investigação, como Boog (2008, 2013), Accioly (2009), Maluf (2014), Santos (2005), bem como documentos que legislam sobre a questão da alimentação escolar e sua dimensão pedagógica.

Resultados e discussão

O Brasil é reconhecido em escala global pelo projeto nacional que desenvolve em termos de alimentação nas escolas. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos maiores programas do mundo, sendo o mais antigo do país (datado de 1955) e, ao longo dos anos, foi sendo reconstruído/atualizado. O mesmo atende de forma gratuita os estudantes da educação básica de escolas públicas, filantrópicas e comunitárias de todo o território brasileiro.

O PNAE busca atender as demandas da alimentação escolar considerando-a em sua multidimensionalidade. Com isso, a proposta reconhece seu compromisso com o crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos educandos. Tudo isso, tendo em vista as necessidades nutricionais dos sujeitos atendidos pelo programa (BRASIL, 2009).

O viés social do PNAE merece destaque no cenário brasileiro. Isso porque, os expressivos e históricos índices de pobreza e miséria no Brasil demarcam um contexto em que muitas famílias não têm condições básicas de sobrevivência, o que inclui a carência no acesso e consumo diário de uma alimentação completa, de acordo com as necessidades humanas de cada sujeito. Sendo assim, a escola, ao longo do tempo, passou a ser reconhecida, nestes grupos, como um espaço para suprir as necessidades alimentares e nutricionais. Paiva, Freitas e Santos (2016) consideram que o PNAE consolida a alimentação enquanto direito humano fundamental, previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

No entanto, a alimentação não pode ficar restrita a questões biológicas e também transcende o status de direito social. Em sua complexidade, a mesma está imbricada em um



emaranhado de questões que contemplam a multidimensionalidade do humano que não se alimenta apenas de matéria, mas de emoções, localiza-se em um contexto social, histórico e cultural, constitui-se de crenças e valores. Tudo isso traz diferentes conotações a questão alimentar que varia de sujeito para sujeito, ou seja, “a alimentação contém os aspectos mais profundos da nossa subjetividade” (MALUF, 2014, p.47).

Para Maluf (2014), o comportamento alimentar das pessoas é influenciado por três questões. O componente cognitivo diz respeito ao que o sujeito sabe sobre o alimento, de acordo com o contexto em que ele está inserido, envolvido em crenças, tabus. O segundo componente está relacionado a afetividade, aos gostos e preferências de cada pessoa. Por último, o componente situacional abrange fatores sociais, culturais, econômicos e estruturais envolvidos na alimentação, que interferem no acesso e consumo dos alimentos.

Boog (2013) afirma que a alimentação é uma construção. E, por isso, sofre muitas mudanças ao longo do tempo, sendo composta por aprendizagens diárias em torno das muitas influências do meio. Alguns fatores, em espacial, podem interferir no desenvolvimento de outros hábitos alimentares, tais como a interação com pessoas de regiões distintas que têm hábitos diferentes, doenças, e, inclusive, alterações no poder aquisitivo. Em particular, no caso das crianças, a construção de tais hábitos torna-se ainda mais diversa, pois elas muito aprendem com a família, com a escola e também com a propaganda midiática.

Ao considerar que o viés pedagógico da alimentação, recentemente, o PNAE incluiu em suas diretrizes a necessidade de ações que contemplem a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no que tange a alimentação escolar. De acordo com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas, a EAN é entendida como “um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa a promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis.” (BRASIL, 2012, p.23). Tudo isso, a partir de processos educativos problematizadores, ativos e dialógicos, considerando fases da vida e significados que compõe o comportamento alimentar de cada sujeito.

A partir disso, urge uma postura preocupada com a questão alimentar e nutricional no campo da educação. A interação, a problematização e a continuidade nas ações desenvolvidas em torno deste tema são princípios instigados pelo Marco nas práticas em EAN. O trabalho com a alimentação escolar nesta perspectiva oferece uma vasta gama de possibilidades com



vistas a uma educação crítica e questionadora da ordem social imposta, em busca da superação da injustiça e desigualdade.

Nessa direção, entendendo a escola, em sua função social, como formadora das atuais e futuras gerações, cabe a ela o constante movimento de repensar-se no sentido de voltar o processo educativo a integralidade do sujeito. Esta instituição assume papel importantíssimo na Promoção da Saúde, contribuindo para a qualidade de vida do sujeito e, nesta discussão, o tema alimentar é de grande relevância.

A formação integral do educando é uma aposta da educação, sendo defendida por um dos documentos educacionais mais recentes, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). De acordo com esta normativa, a educação integral caminha no sentido de romper com o reducionismo da supervalorização de uma dimensão em detrimento da outra, como por exemplo, priorizar o intelecto e não considerar as demais áreas do desenvolvimento humano. Assim, a formação integral atende a ideia de pluralidade, de singularidade e de integralidade do educando. E em sua complexidade, cada sujeito exige um tipo de educação que acolha e o reconheça enquanto tal, favorecendo seu pleno desenvolvimento (BRASIL, 2019).

Nesse sentido, faz-se importantíssimo visualizar a questão da alimentação escolar em sua dimensão pedagógica. Existe uma amplitude de conhecimentos que podem ser construídos no momento da refeição na escola, a partir de diferentes metodologias, abordagens, explorando as diferentes formas e tempos de aprendizagem dos educandos. Assim, “uma criança que estuda em uma escola que oferece uma alimentação gostosa e nutritiva tenderá a desenvolver boas práticas alimentares, porque sentirá prazer em comer alimentos saudáveis.” (BOOG, 2008, p.63).

Por isso, uma proposta que contemple a importância da alimentação escolar como tempo e espaço de aprendizagem depende das concepções de gestores e educadores. As intencionalidades acerca do processo educativo, muitas vezes são ditas no silêncio, estão expostas nas paredes, no refeitório, em sala de aula, nos corredores, nas falas dos educadores, no planejamento, na visão dos alunos sobre o tema. Afinal, o ambiente escolar “explícita, talvez mais do que qualquer outra coisa, a visão de homem e de mundo que orienta o fazer pedagógico da escola” (SZINWELSKI e TEO, 2016, p.240).

Desde as questões mais minuciosas até as mais complexas: muitas são as possibilidades do trabalho pedagógico com a alimentação escolar. Assim,



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

A alimentação escolar oferece muitas oportunidades de aprendizagem: higiene pessoal, higiene dos alimentos, relacionamento, comportamento respeitoso na fila, independência e autonomia podem ser desenvolvidos, se a escola implanta self-service, uso adequado de utensílios, habilidades culinárias, desenvolvimento do paladar através de experimentação de sensações e sabores, evitar desperdício, reconhecimento de atributos de qualidade nos alimentos, interação entre professores e alunos (BOOG, 2008, p.42-43).

O diálogo, a reflexão, o questionamento sobre os processos que envolvem a alimentação escolar podem tornar-se rotina nas salas de aula com os educandos, desde muito pequenos. Ao utilizar estratégias metodológicas atrativas adequadas a cada faixa etária, os educadores são capazes de provocar a construção de diferentes saberes, a partir de situações cotidianas. Fantoches, histórias, jogos, culinária (preparo de alimentos), cuidados com hortas e pomares (consumo dos alimentos produzidos), textos informativos, vídeos, filmes, conversas, com apoio de diferentes profissionais e áreas do conhecimento são possibilidades que enriquecem o processo de ensino-aprendizagem, pondo em relação saberes das diferentes disciplinas do currículo escolar.

Além disso, a discussão crítica em torno dos processos mais amplos que envolvem a questão da alimentação escolar poderão ser pauta de conversas em sala de aula, destacando o viés político do alimento oferecido ao estudante. Ou seja, as opções feitas pelos profissionais envolvidos na escolha, preparo e apresentação da comida apresentam intencionalidades, demonstrando o que estes sujeitos pensam ser importante considerar na alimentação (SANTOS, 2005).

No entanto, para que todas as oportunidades deste diálogo entre educação e alimentação possam ser exploradas, faz-se imprescindível que os educadores acompanhem atentamente o momento da alimentação dos educandos na escola. Isso porque o educador apresenta-se como significativa “referência de comportamento e como promotor de ações que favoreçam a aquisição de bons hábitos alimentares” (ACCIOLY, 2009, p.7). Sendo assim, o papel do educador transcende a função de dar assistência no momento da refeição, pois sua postura alimentar é tida como exemplo para os educandos, inspirando valores e atitudes. Além disso, é latente seu compromisso com a educação acerca da alimentação e da nutrição.

Ainda, o educador se fazendo presente, compartilhando do momento da alimentação com os educandos passa a perceber situações, comportamentos, atitudes que necessitam ser postas em reflexão e podem ser levadas para a sala de aula para problematização. Este movimento pode em muito contribuir para uma visão mais interdisciplinar e crítica acerca da



alimentação escolar de todos os sujeitos nele envolvidos, entendendo que e “ a alimentação de boa qualidade não pode ser uma obrigação rígida, proibições ou imposições (...) Alimentação é um dos grandes prazeres da vida” (BOOG, 2013, p.33).

A partir da discussão até aqui desenvolvida, cabe destacar que, embora seja cotidiano, o ato da alimentação pode passar despercebido “pedagogicamente”. Alguns educadores deixam de atentar para as muitas possibilidades de prática educativa que oferece a alimentação escolar. Isso deve-se, em boa medida, à falta de formação para atuar nesse contexto e, pesquisas como esta, buscam fortalecer os aportes pedagógicos docentes na busca pela ampliação de horizontes para práticas significativas e transformadoras. Afinal, nós todos caminhamos ao encontro do objetivo de

Promover a alimentação saudável é “amar a terra e o que a terra produz” em uma perspectiva de garantir sustentabilidade ambiental, compartilhando o privilégio de viver neste rico planeta, mas de recursos finitos, usufruindo com responsabilidade do que ele oferece para o nosso sustento, saúde, felicidade e qualidade de vida! (BOOG, 2008, p.68).

Dessa forma, fica a provocação para que a educação escolar volte seu olhar à alimentação. Isso de uma forma crítica, inquieta, sensível, reflexiva e significativa, tendo em vista as muitas possibilidades que podem ser exploradas neste processo. Tudo isso, considerando a importância dos sujeitos se alimentarem também de conhecimento, nutrindo suas potencialidades enquanto seres atuantes e transformadores do mundo.

Considerações finais

A partir do exposto, destaca-se a relevância da alimentação na vida dos sujeitos. Reconhecida como direito humano, mesmo não sendo garantida a todos os grupos populacionais, evidenciando a injustiça e desigualdade social que impera no Brasil, a alimentação, muito além de contemplar os aspectos meramente biológicos, está inserida em um contexto histórico, social, cultural, emocional, (re)construído ao longo do tempo.

Os conhecimentos em torno da alimentação e de sua interface com a escola não estão dados e dependem de uma constante busca de saberes, em especial, da escola e de seus profissionais, para que possam efetivar práticas que contemplem aprendizagens significativas, críticas em torno do tema. Sendo a escola, uma das principais instituições responsáveis pela constituição de hábitos dos educandos e também formadora das presentes e futuras gerações,



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

a mesma não pode prescindir da discussão em torno da dimensão pedagógica da alimentação escolar.

Este texto apresenta reflexões acerca de caminhos possíveis para a consolidação de práticas promotoras de saúde na escola, em especial, relacionadas a alimentação escolar. A busca destes pesquisadores segue na direção de ampliar os horizontes de prática pedagógica sobre o tema, construir novos saberes e qualificar os processos educativos nas escolas junto a pluralidade de sujeitos que as frequentam, reconhecendo e reforçando a necessidade da formação integral do humano.

Referências

ACCIOLY, Elizabeth. **A escola como promotora da alimentação saudável**. Ciência em tela, v. 2, n. 2, p. 1-9, 2009.

BOOG, Maria Cristina Faber. **O professor e a alimentação escolar**: Ensinando a amar a terra e o que a terra produz. São Paulo: Komedi, 2008.

BOOG, Maria Cristina Faber. **Educação em Nutrição**: integrando experiências. Campinas: Komedi, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>.
Acesso em: 28 de maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006. **Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de Referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2019.



XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED)

I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

MALUF, Paula Penatti. **Comportamento alimentar e seus componentes**. In: Mônica Galisa et al. Educação Alimentar e Nutricional: da teoria à prática. São Paulo: Roca, 2014.

PAIVA, Janaína Braga de; FREITAS, Maria do Carmo Soares de; SANTOS, Ligia Amparo da Silva. **Significados da alimentação escolar segundo alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, p. 2507-2516, 2016.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa**. História: Questões e debates, Curitiba, n.42, p.11-31, jan./jun. 2005.

SZINWELSKI, Nádia Kunkel; TEO, Carla Rosane Paz Arruda. O ambiente alimentar escolar: desafios e possibilidades. In: Carla Rosane Paz Arruda Teo; Rozane Marcia Triches (Orgs.). **Alimentação Escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento**. Chapecó: Argos, 2016.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Educação Alimentar e Nutricional. Prática Pedagógica. Programa Nacional de Alimentação Escolar.